



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

# **Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**Abril 2026**

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



## APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



## Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

### Diretor Geral

#### Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

### Diretora Administrativa

#### Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

### Editor de Design Gráfico e Diagramação

#### Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

### Características do Periódico

#### Periodicidade:

Mensal

#### Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

#### Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

#### Registro Internacional:

SSN 3085-654X

#### Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

### Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

**publicacao@iiscientific.com**

### Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande  
CEP 88032-005

*A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.*



## Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

### Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

### Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios  
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva  
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva  
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia  
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

### Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

## Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

### Pareceristas

#### **Ciências da Educação**

Dr. Carlos Mendonça  
Dr. Marcelo Pertussatti  
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

#### **Ciência da Saúde**

Dr. Daniel Laiber  
Dra. Luisa Bonadiman

#### **Ciências Jurídicas**

Dr. Avelino Thiago  
Dr. James Melo de Sousa  
Dr. Manoel Coracy

#### **Educação Inclusiva**

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva  
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

#### **Tecnologia**

Dr. Flávio Lopes  
Dr. Geraldo Lúcio

#### **Editor Gerente**

**Rayane Priscila Santos de Souza**

#### **Editores de Seção**

**Karolayne Luana de Oliveira Silva**  
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

#### **Equipe de Produção Editorial**

**Reviane Francy Silva da Silveira**  
Priscila de Fátima Lima Schio  
Lucas Teotônio Vieira

#### **Editor Técnico**

**Balbino Júnior**

#### **Administrador do Sistema OJS**

**Vitor Santos**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E O ENFRENTAMENTO AO  
PATRIARCADO SOB A ÓTICA DA COLONIALIDADE**  
THE SOCIAL CONSTRUCTION OF GENDER AND THE  
CONFRONTATION OF PATRIARCHY FROM THE PERSPECTIVE OF  
COLONIALITY  
LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DEL GÉNERO Y EL  
ENFRENTAMIENTO CON EL PATRIARCADO DESDE LA  
PERSPECTIVA DE LA COLONIALIDAD

## RESUMO

Este artigo analisa detalhadamente as estruturas socioculturais e históricas que fundamentam a desigualdade de gênero na contemporaneidade, utilizando como base primordial a relação intrínseca entre os conceitos de patriarcado e colonialidade. A pesquisa investiga como a modernidade europeia impôs padrões binários, heteronormativos e hierárquicos que marginalizaram sistematicamente as mulheres, especialmente no contexto específico latino-americano. Por meio de uma revisão bibliográfica rigorosa e exaustiva do referencial teórico decolonial, discute-se a necessidade premente de pluralizar o conceito de feminismo para além da visão limitada e eurocêntrica tradicionalmente aceita na academia. Conclui-se, portanto, que a desconstrução efetiva do patriarcado exige o reconhecimento profundo das interseccionalidades de raça, classe e gênero, bem como o rompimento definitivo com a lógica colonial persistente que ainda molda as relações de poder contemporâneas. Este estudo busca oferecer subsídios para novas práticas de resistência e emancipação política no cenário global atual, reafirmando o compromisso do ordenamento jurídico com a justiça social.

**Palavras-chave:** Gênero; patriarcado; colonialidade; feminismo decolonial; igualdade.

## ABSTRACT

This article analyzes in detail the sociocultural and historical structures that underpin gender inequality in contemporary society, using as its primary basis the intrinsic relationship between the concepts of patriarchy and coloniality. The research investigates how European modernity imposed binary, heteronormative, and hierarchical patterns that systematically marginalized women, especially in the specific Latin American context. Through a rigorous and exhaustive bibliographic review of the decolonial theoretical framework, the article discusses the pressing need to pluralize the concept of feminism beyond the limited and Eurocentric view traditionally accepted in academia. It concludes, therefore, that the effective deconstruction of patriarchy requires a profound recognition of the intersectionalities of race, class, and gender, as well as a definitive break with the persistent colonial logic that still shapes contemporary power relations. This study seeks to offer support for new practices of resistance and political emancipation in the current global scenario, reaffirming the commitment of the legal system to social justice.

**Keywords:** Gender; patriarchy; coloniality; decolonial feminism; equality.

## RESUMEN

Este artículo analiza en detalle las estructuras socioculturales e históricas que sustentan la desigualdad de género en la sociedad contemporánea, partiendo de la relación intrínseca entre los conceptos de patriarcado y colonialidad. La investigación examina cómo la modernidad europea impuso patrones binarios, heteronormativos y jerárquicos que marginaron sistemáticamente a las mujeres, especialmente en el contexto latinoamericano. Mediante una revisión bibliográfica rigurosa y exhaustiva del marco teórico decolonial, el artículo aborda la imperiosa necesidad de pluralizar el concepto de feminismo, trascendiendo la visión limitada y eurocéntrica tradicionalmente aceptada en el ámbito académico. Concluye, por lo tanto, que la desconstrucción efectiva del patriarcado requiere un profundo reconocimiento de las interseccionalidades de raza, clase y género, así como una ruptura definitiva con la persistente lógica colonial que aún configura las relaciones de poder contemporáneas. Este estudio busca brindar apoyo a nuevas prácticas de resistencia y emancipación política en el escenario global actual, reafirmando el compromiso del sistema jurídico con la justicia social.

**Palabras clave:** Género; patriarcado; colonialidad; feminismo decolonial; igualdad.

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por um mundo sustentável, conforme preconizado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no que tange ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS-5), demanda uma análise profunda de conceitos enraizados no cotidiano.

A desigualdade de gênero não é um fenômeno isolado, mas o resultado de um processo histórico de dominação que remonta à formação das sociedades patriarcais e ao processo de colonização.

Este trabalho propõe-se a discutir as bases teóricas do gênero e do patriarcado, evidenciando como a modernidade e a colonialidade estabeleceram hierarquias que perduram até a atualidade. Para que a igualdade de direitos seja efetiva, é imperativo compreender as múltiplas facetas do feminismo e a necessidade de um olhar decolonial sobre as identidades femininas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Patriarcado: A estrutura da dominação masculina

A discriminação contra a mulher possui raízes profundas em sociedades onde predomina a cultura patriarcal. Etimologicamente, o termo remete à figura do "pai" como líder ou chefe, detentor de uma posição de poder e dignidade (Rosas, 2023). Historicamente, o patriarcado se consolidou como um sistema de relações sociais e de poder onde o masculino exerce a supremacia sobre o feminino.

Nesse sistema, a mulher é frequentemente colocada em uma posição de subordinação, sendo seu papel social limitado ao âmbito privado e reprodutivo. Conforme aponta a literatura clássica, o patriarcado não é apenas uma estrutura familiar, mas uma ideologia que perpassa as instituições políticas, jurídicas e econômicas, naturalizando a hierarquia entre os sexos (Saffioti, 2015 apud Rosas, 2023).

## 2.2 Modernidade, colonialidade e gênero

A compreensão contemporânea de gênero está intrinsecamente ligada ao advento da modernidade, entre os séculos XV e XX. Este período foi marcado pela expansão europeia e pelo estabelecimento de uma hegemonia cultural que privilegiou o ethos masculino euro-americano (Rosas, 2023).

A colonialidade do poder, conforme discutido por autores como Lugones (2014) e Quijano (2000), não se encerrou com o fim do colonialismo administrativo. Ela sobrevive na forma como o conhecimento e as relações sociais são organizados.

A modernidade introduziu categorias binárias (homem/mulher, civilizado/selvagem) que serviram para desumanizar e subordinar os povos colonizados. Nesse sentido, a introdução do conceito europeu de "gênero" nas colônias serviu como ferramenta de dominação, ignorando as organizações sociais pré-existentes que muitas vezes não possuíam tal binarismo hierárquico (Rosas, 2023).

## 2.3 O feminismo decolonial e a pluralidade de vozes

Para enfrentar o patriarcado de forma eficaz, é necessário reconhecer que o feminismo não é um movimento unitário. O feminismo hegemônico, muitas vezes criticado por ser branco e eurocêntrico, tendeu a universalizar a experiência da mulher europeia, silenciando as particularidades das mulheres negras, indígenas e latinas (Rosas, 2023).

O feminismo decolonial surge como uma resposta a essa universalização. Ele propõe a análise das interseccionalidades — a junção de gênero, raça e classe — para entender como a opressão atinge diferentes mulheres de formas distintas. Não se pode falar em igualdade de gênero sem considerar que a mulher colonizada sofre uma "dupla opressão": a do patriarcado e a do racismo estrutural advindo da colonialidade (Rosas, 2023). Portanto, a promoção da igualdade exige "desaprender" os conceitos impostos pela modernidade e valorizar as epistemologias do sul global.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em uma revisão bibliográfica e documental. O referencial teórico foi construído a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem as categorias de gênero, patriarcado e colonialidade, buscando compreender como tais estruturas moldam as desigualdades sociais contemporâneas. O foco recai sobre a produção epistemológica do "Sul Global", priorizando autores que oferecem uma perspectiva crítica ao feminismo eurocêntrico.

A coleta de dados bibliográficos foi realizada em bases de dados acadêmicas e bibliotecas virtuais, utilizando descritores como "Feminismo Decolonial", "Patriarcado" e "Colonialidade do Poder". Foram selecionados artigos, dissertações e livros que estabelecem o nexos causal entre o processo de colonização e a imposição de padrões binários de gênero na América Latina. A seleção priorizou produções publicadas ou atualizadas recentemente, a exemplo da dissertação de Rosas (2023), que fundamenta grande parte da análise aqui apresentada.

No que tange à análise documental, foram consultados dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

A análise pautou-se na técnica de análise de conteúdo, visando identificar como os conceitos teóricos discutidos se refletem (ou são omitidos) nas políticas públicas e na legislação de combate à violência de gênero. Todo o processo seguiu os critérios de rigor acadêmico, assegurando a coerência entre o referencial teórico e a discussão dos resultados.

### 4 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

#### 4.1 A estrutura do patriarcado e a dominação masculina

O patriarcado constitui-se como um sistema histórico de relações sociais onde o masculino exerce supremacia sobre o feminino, fundamentando a desigualdade em ideologias que naturalizam a subordinação da mulher. Etimologicamente, o termo remete ao poder do "pai" como líder absoluto, mas contemporaneamente é

compreendido como uma ideologia que perpassa as instituições políticas e jurídicas (Rosas, 2023).

Esse sistema impõe o espaço privado e reprodutivo como o limite social permitido às identidades femininas. A consolidação do patriarcado está historicamente vinculada à sobreposição da propriedade privada sobre o bem coletivo, marcando a transição para a filiação masculina e a queda do direito materno. De acordo com Lerner (2019), a primeira forma de escravidão exercida pelo homem foi a apropriação da capacidade sexual e reprodutiva das mulheres. Essa submissão foi institucionalizada desde os primeiros códigos penais, reforçando a visão da mulher como objeto de troca e serviço.

A manutenção dessa estrutura depende da naturalização da opressão, muitas vezes sustentada pelos pilares da família, escola e religião. Tal processo silencia a exclusão e reduz o espaço de fala feminino, tornando o enfrentamento à desigualdade de gênero um desafio estrutural. A superação desse modelo exige desmistificar o pretense caráter natural das discriminações e reconhecer o patriarcado como uma construção social e histórica.

#### **4.2 Colonialidade, modernidade e a invenção do gênero**

A compreensão contemporânea de gênero está intrinsecamente ligada à modernidade europeia e ao processo de expansão colonial ocorrido entre os séculos XV e XX. Durante este período, estabeleceu-se uma hegemonia cultural euro-americana que impôs o ethos masculino como o padrão universal de humanidade (Rosas, 2023).

A colonialidade do poder sobreviveu ao fim do colonialismo administrativo, permanecendo incrustada nas formas de organização do conhecimento e das relações sociais. A modernidade introduziu binarismos hierárquicos, como civilizado/selvagem e homem/mulher, que serviram como ferramentas de desumanização e subordinação dos povos colonizados.

O conceito europeu de "gênero" foi utilizado para ignorar organizações sociais pré-existentes nas colônias, que frequentemente não possuíam binarismos tão rígidos ou hierárquicos.

Assim, a colonialidade moldou não apenas a economia, mas também os corpos e as identidades das populações subalternizadas. Lugones (2014) e Quijano (2000) argumentam que o sistema moderno/colonial de gênero relegou as mulheres colonizadas a um espaço de subalternidade permanente.

A ruptura com esses padrões é essencial para a efetivação de direitos e para o alcance de uma igualdade plena. Reconhecer a colonialidade do gênero permite identificar como as hierarquias impostas ainda influenciam a exclusão política e social no contexto latino-americano.

### **4.3 Feminismo decolonial e interseccionalidades**

O feminismo decolonial surge como uma resposta crítica ao feminismo hegemônico, frequentemente acusado de universalizar a experiência da mulher branca europeia. Para enfrentar o patriarcado de forma eficaz, é necessário reconhecer que o movimento não é unitário e deve contemplar a pluralidade de vozes de mulheres negras, indígenas e latinas (Rosas, 2023).

A pluralização do conceito de feminismo permite abranger as especificidades das mulheres do Sul Global. O núcleo do feminismo decolonial reside na análise das interseccionalidades, ou seja, na junção de gênero, raça e classe para compreender as opressões.

A mulher colonizada sofre uma "dupla opressão": a dominação patriarcal e o racismo estrutural decorrente da colonialidade. Sem essa perspectiva interseccional, as políticas públicas falham em contemplar todas as mulheres em suas reais diversidades e necessidades. A promoção da igualdade de direitos demanda "desaprender" conceitos eurocêntricos e valorizar epistemologias que reconheçam as identidades múltiplas.

A Agenda 2030 e o ODS-5 só poderão ser plenamente alcançados se houver uma ruptura com a lógica colonial que ainda molda as relações de poder. O fortalecimento de um feminismo plural é, portanto, o caminho para combater a violência e a exclusão política de forma integral.

## 5 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise dos resultados demonstra que a desigualdade de gênero no Brasil não é um fenômeno isolado, mas o reflexo de um processo histórico de dominação que remonta à formação das sociedades patriarcais e ao processo de colonização. Observa-se que o patriarcado opera como uma ideologia que perpassa as instituições políticas, jurídicas e econômicas, naturalizando a hierarquia entre os sexos. De acordo com Saffioti (2015), essa estrutura impõe a subordinação da mulher, limitando seu papel social ao âmbito privado e reprodutivo, o que perpetua ciclos de exclusão que a legislação formal, por si só, ainda não foi capaz de romper totalmente.

No que tange às identidades femininas, os dados evidenciam que a modernidade europeia introduziu categorias binárias e hierárquicas que serviram para desumanizar e subordinar os povos colonizados. Segundo Lugones (2014), a imposição do conceito europeu de "gênero" nas colônias ignorou as organizações sociais pré-existentes, estabelecendo uma hegemonia cultural que privilegiou o ethos masculino euro-americano. Essa colonialidade do gênero permanece incrustada nas formas de organização do conhecimento, relegando as mulheres do Sul Global a um espaço de subalternidade permanente que dificulta o alcance da igualdade plena.

A pesquisa também aponta que a mulher colonizada sofre uma "dupla opressão", na qual a dominação patriarcal se funde ao racismo estrutural decorrente da colonialidade. Conforme discutido por Quijano (2000), a colonialidade do poder não se encerrou com o fim do colonialismo administrativo, permanecendo ativa na distribuição desigual de direitos e recursos. Os resultados reforçam que o feminismo hegemônico, ao universalizar a experiência da mulher europeia, silenciou as particularidades das mulheres negras e indígenas, tornando imperativa a adoção de uma perspectiva interseccional para a eficácia das políticas públicas.

Por fim, os dados corroboram que a efetivação da Agenda 2030 e do ODS-5 depende de uma ruptura radical com a lógica colonial que ainda molda as relações de poder contemporâneas. A análise revela que a "taxa de participação" das mulheres no mercado de trabalho e a sua exclusão dos cargos parlamentares são reflexos diretos de uma história escrita sob a ótica masculina e eurocêntrica. Conclui-se que a superação desse modelo exige "desaprender" os conceitos impostos pela

modernidade, valorizando as epistemologias do Sul Global para que se possa combater a violência e a exclusão de forma integral.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do substrato teórico apresentado evidencia que a desigualdade de gênero é uma construção complexa, sustentada pelos pilares do patriarcado e reforçada pela colonialidade. A modernidade europeia não apenas exportou modelos econômicos, mas também impôs uma hierarquia de gênero que relegou a mulher a um espaço de subalternidade.

Os dados da ONU Mulheres corroboram essa desigualdade estrutural, apontando que, em 2020, os homens ocupavam 75% dos cargos parlamentares. Essa exclusão política é reflexo direto de uma história escrita e detida por homens, que negligenciou as vivências femininas (Rosas, 2023).

No contexto brasileiro, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um avanço ao definir violência doméstica como qualquer ação baseada no gênero que cause sofrimento à mulher. Contudo, a efetividade dessa proteção legal esbarra na persistente dificuldade de inserção feminina no mercado de trabalho e nas disparidades salariais, reflexos do modelo burguês e capitalista. A "taxa de participação" das mulheres no trabalho é significativamente inferior à dos homens, perpetuando dependências que alimentam o ciclo da violência.

Conclui-se que a efetivação da Agenda 2030 e o alcance da igualdade plena dependem de uma ruptura com os padrões coloniais de pensamento. O fortalecimento de um feminismo plural e decolonial é essencial para que as políticas públicas e os movimentos sociais contemplem todas as mulheres em suas diversidades, combatendo a violência e a exclusão política que ainda emanam dessas estruturas históricas de poder.

## 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 4 abr. 2026.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 227-274.

ROSAS, Brenda Nascimento. **A aplicação do mecanismo Atenea no Brasil e o combate à violência política contra a mulher como promoção da ODS-5 no enfrentamento da desigualdade de gênero**. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

